



1^a
MARA
TONA 
QCONCURSOS

S I M U L A D O

Gestão Governamental e Administração Pública

Concurso Público Nacional
Unificado do Governo Federal

 **Bloco 7**



CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO DO GOVERNO FEDERAL

Bloco 7- Gestão Governamental e Administração Pública

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

01 - O candidato recebeu o seguinte material:

a) Este **Caderno de Questões**, com o enunciado das **70 (setenta) questões** objetivas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

Conhecimentos Gerais	20 questões
Eixos Temático 1 e 2	30 questões
Eixo Temático 3	13 questões
Eixo Temático 4	07 questões
Total:	70 questões

b) Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só **uma** responde adequadamente ao quesito proposto.

02- Recomenda-se que o candidato reserve os **30 minutos** finais para marcar seu cartão-resposta.

03- O tempo disponível para este simulado de questões objetivas é **4 (quatro) horas**, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta.

04- Como o próprio nome sugere, um simulado é um exercício de estudo que recria uma situação de prova que você, candidato, enfrentará no dia 05/05/2024. Para alcançar seu objetivo, o simulado deve reproduzir toda a atmosfera de uma prova real. Portanto, procure um local silencioso e livre de distrações. Remova todos os materiais de estudo da área e deixe apenas o caderno de prova e uma caneta esferográfica sobre a mesa.

05- Lembre-se de que você está utilizando essa ferramenta para testar seus conhecimentos em cada disciplina. Portanto, responda às questões sem recorrer aos seus materiais de estudo ou outras fontes de consulta. Controle o tempo que levará para fazer cada questão e utilize o simulado como uma ferramenta de autoavaliação.

CONHECIMENTOS GERAIS

01-

Levando em consideração que a Lei 14.129/2021 que dispõe sobre o chamado Governo Digital, estabelece que a administração pública utilizará soluções digitais para a gestão de suas políticas finalísticas e administrativas e para o trâmite de processos administrativos eletrônicos, assinale a alternativa que está em desacordo com expressa previsão legal:

(A) entes públicos que emitem atestados, certidões, diplomas ou outros documentos comprobatórios com validade legal poderão fazê-lo em meio digital, assinados eletronicamente;

(B) nos processos administrativos eletrônicos, os atos processuais deverão ser realizados em meio eletrônico, exceto se o usuário solicitar de forma diversa, nas situações em que esse procedimento for inviável, nos casos de indisponibilidade do meio eletrônico ou diante de risco de dano relevante à celeridade do processo.

(C) no caso das exceções previstas expressamente na lei, os atos processuais poderão ser praticados conforme as regras aplicáveis aos processos em papel, desde que posteriormente o documento-base correspondente seja digitalizado.

(D) os documentos e os atos processuais serão válidos em meio digital mediante o uso de assinatura eletrônica, desde que respeitados parâmetros de autenticidade, de integridade e de segurança adequados para os níveis de risco em relação à criticidade da decisão, da informação ou do serviço específico, nos termos da lei.

(E) os atos processuais em meio eletrônico consideram-se realizados no dia e na hora do recebimento pelo sistema informatizado de gestão de processo administrativo eletrônico do órgão ou da entidade, o qual deverá fornecer recibo eletrônico de protocolo que os identifique, sendo que quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio eletrônico, serão considerados tempestivos os efetivados, salvo disposição em contrário, até as 22h59 do último dia do prazo, no horário de Brasília.

02-

João Andante, empresário, fornecedor do melhor destilado da região de Tangamandápio, foi notificado da imposição de uma multa tributária por supostamente não ter efetuado o pagamento dos valores correspondentes ao imposto sobre a circulação de mercadorias no prazo oportuno. Ao buscar o órgão público responsável pela informação, contudo, houve a negativa de acesso imediato, em razão de instabilidade no sistema. Nessa hipótese, o órgão que recebeu o pedido deverá, em prazo não superior a 20 dias:

(A) comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão, indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.

(B) negar acesso à informação com a justificativa válida de problemas técnicos;

(C) determinar que João retorne no primeiro dia útil subsequente;

(D) remeter o conteúdo das informações por rede social, desde que haja requerimento de João;

(E) postergar o acesso para o período de atendimento dos sistemas de informática do setor resolverem o problema.

03-

Com base no Decreto 11.529, de 16 de maio de 2023, assinale a alternativa que contempla competência das unidades setoriais do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal (o SITAI):

(A) desenvolver e disponibilizar procedimentos, padrões, metodologias e sistemas informatizados que permitam a disseminação, a obtenção, a utilização e a compreensão de informações públicas;

(B) coordenar a gestão dos riscos para a integridade;

(C) monitorar o atendimento às solicitações de acesso à informação e o cumprimento das obrigações de transparência ativa e de abertura de dados;

(D) estimular e apoiar a adoção de medidas de integridade, transparência e acesso à informação para o fortalecimento das políticas públicas;

(E) definir critérios e indicadores para a avaliação e o monitoramento da implementação da Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal;

04-

Levando em consideração o Decreto 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, são princípios da governança pública expressos no texto do Decreto:

(A) capacidade de resposta; integridade; melhoria regulatória; prestação de contas e responsabilidade; e transparência, apenas.

(B) capacidade de resposta; integridade; confiabilidade; prestação de contas e responsabilidade; e transparência, apenas.

(C) capacidade de resposta; integridade; confiabilidade; impessoalidade; prestação de contas e responsabilidade; e transparência, apenas.

(D) capacidade de resposta; integridade; confiabilidade; melhoria regulatória; prestação de contas e responsabilidade; e transparência, apenas.

(E) capacidade de resposta; integridade; confiabilidade; prestação de contas e responsabilidade; transparência e colaboração interministerial;

05-

O Decreto 9.203, de 22 de novembro de 2017 que estabelece uma série de diretrizes da governança pública que devem ser aplicadas no âmbito da administração pública federal. Sobre as diretrizes previstas no texto do Decreto, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) monitorar o desempenho e avaliar a concepção, a implementação e os resultados das políticas e das ações prioritárias para assegurar que as diretrizes estratégicas sejam observadas;

(B) articular instituições e coordenar processos para melhorar a integração entre os diferentes níveis e esferas do setor público, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público;

(C) fazer incorporar padrões elevados de conduta pela alta administração para orientar o comportamento dos agentes públicos, em consonância com as funções e as atribuições de seus órgãos e de suas entidades;

(D) implementar controles internos fundamentados na gestão de risco, que privilegiará ações estratégicas sancionadores antes de processos preventivos;

(E) avaliar as propostas de criação, expansão ou aperfeiçoamento de políticas públicas e de concessão de incentivos fiscais e aferir, sempre que possível, seus custos e benefícios.

06-

De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de punição ética. Nos termos expressos no Decreto 1.171/1994, a Comissão de Ética é competente para aplicação da pena de:

(A) censura;

(B) censura ética;

(C) advertência;

(D) repreensão;

(E) multa;

07-

O Presidencialismo brasileiro reúne na figura do Presidente da República as funções de chefia de Estado e chefia de governo. A escolha desse modelo, em detrimento ao modelo parlamentarista, que divide as funções entre um chefe de Estado – o Presidente – e um chefe de governo – o 1º Ministro –, no contexto atual brasileiro, foi:

(A) imposta pela Constituição Federal de 1988;

(B) decorrente de referendo popular realizado antes da Constituição Federal de 1988;

(C) decorrente de plebiscito realizado antes da Constituição Federal de 1988;

(D) decorrente de referendo popular realizado depois da Constituição Federal de 1988;

(E) decorrente de plebiscito realizado depois da Constituição Federal de 1988;

08-

A forma de Estado adotada pela Constituição Federal brasileira é chamada de federação, pois caracterizada pela coexistência de um ente soberano, a República Federativa do Brasil, e os entes federados, consistentes na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios. Nesse contexto, é certo estabelecer que cada ente federado tem seu próprio documento que o organiza, reconhecida sua autonomia nas diversas áreas de atuação, sendo correto afirmar que:

(A) os Estados são organizados por Constituições Estaduais e os Municípios por Constituições Municipais, enquanto União e Distrito Federal são regidos pela Constituição Federal;

(B) os Estados são organizados por Constituições Estaduais e os Municípios por Leis Orgânicas, enquanto União e Distrito Federal são regidos pela Constituição Federal;

(C) os Estados e o Distrito Federal são organizados por Constituições Estaduais e os Municípios por Leis Orgânicas, enquanto União é regida pela Constituição Federal;

(D) os Estados são organizados por Constituições Estaduais e os Municípios por Constituições Municipais e o Distrito Federal por uma Lei Orgânica, enquanto União é regida pela Constituição Federal;

(E) os Estados são organizados por Constituições Estaduais, os Municípios e o Distrito Federal por Leis Orgânicas, enquanto União é regida pela Constituição Federal;

09-

Levando em consideração a divisão de poderes determinada pela Constituição Federal de 1988, pode-se afirmar que o Brasil adotou o sistema de freios e contrapesos, em que um poder deve atuar como limitador do outro. Nesse contexto, tendo em vista que o Poder Executivo é principal responsável pela arrecadação de tributos e pelo emprego dos valores na prestação de serviços, a competência para julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República é:

(A) do Poder Judiciário;

(B) do Ministério Público;

(C) do Poder Legislativo;

(D) do Tribunal de Contas da União;

(E) da Controladoria-Geral da União;

10-

Imagine a situação de um hipotético país recém-saído de um regime autoritário, no qual a sociedade está buscando estabelecer políticas de Direitos Humanos que transcendam os limites de governos específicos. Nesse contexto, qual das seguintes afirmativas melhor representa a institucionalização das políticas em Direitos Humanos como políticas de Estado?

(A) A implementação de medidas apenas durante o mandato de um governo eleito democraticamente, sem garantias de continuidade após o término do mandato.

(B) A criação de um órgão independente e permanente encarregado de monitorar, promover e proteger os direitos humanos, com autonomia para atuar independentemente da mudança de governos.

(C) A dependência exclusiva de organizações internacionais para garantir a proteção dos direitos humanos, sem esforços internos para institucionalizar políticas de longo prazo.

(D) A confiança na promessa de um partido político em específico, comprometendo-se a implementar medidas de direitos humanos durante seu tempo no poder, sem considerar a pluralidade de interesses e opiniões na sociedade.

(E) A delegação da responsabilidade exclusiva aos tribunais e ao sistema judiciário para lidar com questões de direitos humanos, excluindo outras instituições do processo de institucionalização.

11-

Considerando os embasamentos legais relacionados às pessoas da comunidade LGBTQIAPN+, julgue seguintes itens:

I-Segundo o Supremo Tribunal Federal, atos de transfobia constituem manifestações do crime de racismo.

II- As pessoas trans somente adquirem o direito à substituição de prenome e da identificação do sexo diretamente no registro civil se comprovarem ter passado pela cirurgia de transgenitalização.

III- Caso policiais sejam acionados por populares devido à manifestação de afeto de cunho não sexual, em praça pública, entre pessoas do mesmo sexo, eles deverão levar as pessoas acusadas para prestarem depoimento na delegacia.

Assinale a opção correta.

(A) I, II e III estão certos.

(B) Apenas o item I está certo.

(C) Apenas o item II está certo.

(D) Apenas os itens I e III estão certos.

(E) Apenas os itens II e III estão certos.

12-

Os princípios assegurados pela atual Constituição brasileira, promulgada em 1988:

(A) caracterizam o Brasil, desde a independência, como país democrático.

(B) comprovam a ausência de preconceitos raciais na sociedade brasileira.

(C) legitimam a liberdade de crença no Brasil, com a união entre Estado e religião.

(D) reconhecem a impossibilidade de implantação da democracia plena no Brasil.

(E) garantem à sociedade direitos democráticos, assim como a salvaguarda das diferenças cultural e étnica.

13-

Podemos definir o etnocentrismo como uma visão de mundo onde culturas diferentes da nossa são vistas, sentidas, representadas e julgadas a partir dos critérios e valores da nossa própria cultura. O olhar etnocêntrico é aquele que se lança diante da diferença e tenta compreendê-la tendo como referência central o universo que constitui a cultura do próprio observador. O etnocentrismo pode ser expresso de diversas formas, desde as mais explícitas e até veladas.

Fonte: <<https://www.infoescola.com/>>, acesso em 07.04.2024

O etnocentrismo está associado a práticas sociais de

(A) integração cultural, xenofobia e desigualdade social.

(B) tolerância interétnica, igualdade social e democracia.

(C) intolerância étnica, intolerância religiosa e violência social.

(D) integração cultural, desenvolvimento social e participação política.

(E) diálogo inter-religioso, desenvolvimento cooperativo social e participação comunitária.

14-

Sobre o afastamento do servidor público para o exercício de mandato eletivo, nos termos da lei nº 8.112/1990, podemos afirmar, exceto:

(A) Tratando-se de mandato federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo.

(B) Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, podendo optar por sua remuneração.

(C) Investido em mandato eletivo não poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa daquela onde exerce o mandato.

(D) No caso de afastamento do cargo para exercício de mandato eletivo, continuará contribuindo para a seguridade social como se em exercício estivesse.

(E) Investido no mandato de Vereador, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, independentemente da disponibilidade de horário.

15-

São penalidades disciplinares aplicáveis aos servidores públicos federais previstas na lei nº 8.112/1990:

(A) suspensão, remoção, demissão.

(B) advertência, suspensão, reintegração.

(C) destituição de cargo em comissão, demissão, advertência.

(D) recondução, destituição de função comissionada, demissão.

(E) cassação de aposentadoria ou disponibilidade, advertência, reversão.

16-

Assinale a opção que completa corretamente as lacunas, de acordo com o artigo 15, § 1º da lei nº 8.112/1990:

“É de _____ o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da _____”.

(A) 7 dias - data da posse.

(B) 15 dias - data da posse.

(C) 15 dias - publicação do ato de provimento.

(D) 30 dias - da publicação do ato de provimento.

(E) 60 dias - da publicação do ato de provimento.

17-

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal a entrega de recursos correntes ou de capital destinados ao Sistema Único de Saúde, é entendida por:

(A) Transferência voluntária.

(B) Transferências constitucionais.

(C) Transferência de fundo de reserva.

(D) Transferência de recursos para investimentos.

(E) Destinação de recursos públicos para o setor privado.

18-

Assinale a opção que completa corretamente a lacuna

O _____ aborda tanto a atração impessoal, que objetiva a satisfação do interesse coletivo, quanto à administração pública. Esse princípio impõe ao gestor público que só pratique o ato para o seu objetivo legal, vedando qualquer prática de ato administrativo sem interesse público ou vantagem para a gestão.

(A) Princípio da Eficiência.

(B) Princípio da Legalidade.

(C) Princípio da Moralidade.

(D) Princípio da Publicidade.

(E) Princípio da Impessoalidade.

19-

Assinale a alternativa que contém acumulação vedada de cargos públicos:

(A) dois cargos de professor.

(B) um cargo de professor com outro técnico.

(C) dois cargos de caráter técnico ou científico.

(D) um cargo de professor com outro científico.

(E) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

20-

Sobre a Administração Pública na Constituição Cidadã:

(A) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, independentemente de exceções previstas pela própria Carta Constitucional.

(B) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública e o ressarcimento ao erário.

Conhecimentos específicos

Texto para as questões 21,22 e 23:

“A partir da Teoria das Relações Humanas, todo o acervo de teorias psicológicas acerca da motivação humana passou a ser aplicado dentro da empresa. Verificou-se que todo comportamento humano é motivado. Que a motivação, no sentido psicológico, é a tensão persistente que leva o indivíduo a alguma forma de comportamento rumo à satisfação de uma ou mais determinadas necessidades. Daí o conceito de ciclo motivacional. O ciclo motivacional pode ser assim explicado : O organismo humano necessita de equilíbrio psicológico (equilíbrio de forças psicológicas, segundo Lewin), até que um estímulo o rompa e crie uma necessidade. Essa necessidade provoca um estado de tensão em substituição ao anterior estado de equilíbrio.” (I.Chiavenato).

21-

Sobre a citada teoria das relações humanas está correto dizer que:

- (A) Foi desenvolvida complementando a teoria clássica de administração.
- (B) Critica e condena as relações interpessoais no ambiente de trabalho;
- (C) Surgiu nos Estados Unidos a partir da Experiência de Hawthorne;**
- (D) Foi criada após o desenvolvimento da ideia de psicologia do trabalho;
- (E) Foi criticada por ignorar o fator emocional no ambiente de trabalho;

22-

O Ciclo Motivacional:

- (A) Define que o estado de tensão impede alcançar objetivos.

(B) O comportamento motivado é entendido como um fator estável e permanente.

(C) A satisfação da necessidade leva ao estado de equilíbrio anterior.

(D) Possui como estágio inicial do ciclo a percepção da situação desmotivacional.

(E) Determina como último estágio do ciclo a premiação ou reconhecimento de mérito daquele que agiu corretamente.

23-

O moral e a atitude são percebidos na teoria das relações humanas como:

(A) Um “gatilho” a despertar o estado motivacional;

(B) Sendo estimulados e elevados quanto maior o desafio e os impedimentos de satisfação.

(C) A satisfação pessoal é consequência da moral.

(D) A tensão retida pela não-satisfação provoca uma apatia e pacificação no ambiente de trabalho.

(E) O moral elevado geralmente traz em paralelo uma diminuição dos problemas de supervisão e de disciplina.

Texto para as questões 24,25 e 26:

“Cameron e Whetten deram à ciência da Administração a devida importância da noção de “desempenho” para os estudos de administração geral e pública, pois está no centro dos modelos organizacionais. É uma variável que depende de pesquisa e análise final e necessita avaliar os resultados obtidos pelas organizações.”

24-

Sobre a avaliação de desempenho está correto afirmar que:

(A) Os padrões de atribuição e interação causal estão inseridos no modelo multidimensional de análise de desempenho.

(B) Chiavenato destaca que a avaliação de desempenho visa reconhecer o desempenho coletivo organizacional.

(C) O conceito de desempenho pode variar de acordo com o contexto, sendo sempre mensurado através de critérios objetivos de análise e avaliação.

(D) A avaliação de desempenhos deve seguir processo secreto e sigiloso para evitar conflitos internos.

(E) A retroalimentação não é elemento relevante no processo de avaliação de desempenhos.

25-

Na avaliação de desempenho:

(A) Hard Skills são as habilidades comportamentais;

(B) É ferramenta que visa fornecer informações subjetivas sobre o desempenho de cada indivíduo, permitindo que a direção da entidade decida sobre promoções e realocações de colaboradores.

(C) A avaliação de equipes é focada na avaliação dos líderes e gestores, considerando sua capacidade de liderança, tomada de decisão e habilidades de gestão.

(D) Apesar das modernas técnicas de avaliação, ainda não é possível mensurar se um determinado colaborador está acima ou abaixo das expectativas de forma objetiva.

(E) Na Avaliação por escala gráfica os colaboradores são avaliados em uma escala, geralmente de 1 a 5 ou 1 a 10, com base em critérios específicos.

26-

Assinale a alternativa que esteja corretamente associada:

(A) Autoavaliação: cada colaborador é avaliado por colegas de trabalho e superiores de dentro da estrutura, sem interferência de agentes externos,

(B) Avaliação 360º: abordagem que abrange todos os colaboradores, superiores hierárquicos e dirigentes.

(C) Avaliação por designação: o desempenho é avaliado com base nos objetivos que cada chefia ou direção define.

(D) Avaliação por competência: Os colaboradores são avaliados com base em critérios como comunicação, liderança, trabalho em equipe, entre outros.

(E) Avaliação da equipe: o desempenho é avaliado considerando a opinião que cada equipe de trabalho possui de seus colaboradores.

27-

Sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, está errado em:

(A) governança pública - conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;

(B) valor público - produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos;

(C) alta administração - Ministros de Estado, ocupantes de cargos de natureza especial, ocupantes de cargo de nível 6 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e presidentes e diretores de autarquias, inclusive as especiais, e de fundações públicas ou autoridades de hierarquia equivalente; e

(D) gestão de riscos - processo de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, que contempla as atividades de identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar a organização, destinado a fornecer segurança razoável quanto à realização de seus objetivos.

(E) Ação de governança – medidas empreendidas pelo Governo em busca de desvios de recursos públicos.

28-

Conforme expressamente previsto no decreto 9.203 de 2017, são princípios da governança pública, exceto em:

(A) capacidade de resposta;

(B) integridade;

(C) confiabilidade;

(D) melhoria da liberdade econômica;

(E) prestação de contas e responsabilidade;

29-

Os órgãos e as entidades da administração direta, autárquica e fundacional instituirão programa de integridade, com o objetivo de promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção, estruturado nos seguintes eixos, com exceção de:

(A) comprometimento e apoio da alta administração;

(B) existência de unidade responsável pela implementação no órgão ou na entidade;

(C) análise, avaliação e gestão dos riscos associados ao tema da integridade;

(D) monitoramento contínuo dos atributos do programa de integridade.

(E) Correção sistêmica de desvios de conduta em conjunto com o respectivo Tribunal de Contas.

30-

Qual é a diferença entre BSC e OKR?

(A) o Balanced Scorecard (BSC) e os Objetivos e Metas (OKR) são procedimentos idênticos e sem diferenças.

(B) o BSC apresenta um prazo anual, no mínimo, para trabalhar os objetivos, o OKR lida com ciclos curtos.

(C) O BSC é para emprego repetitivo (loop-exam) enquanto o BKR é usado em emprego linear-finito.

(D) O BSC opera por sistemas individuais e o BKR utiliza fontes e sistemas coletivos.

(E) O BKR parte dos resultados do BSC para então montar sua base de análise.

31-

A articulação de uma política pública:

(A) Ocorre quando as ações governamentais são realizadas de forma isolada e desconectada.

(B) quando houver duplicação de esforços na prestação de serviços públicos.

(C) Quando diferentes ministérios ou agências governamentais implementam políticas que levam a resultados opostos.

(D) Quando problemas forem resolvidos de forma colaborativa.

(E) Quando problemas forem multiplicados, exigindo então maior atenção do Governo.

32-

Na accountability:

(A) O objetivo é reduzir os riscos da concentração de poder e garantir que a população participe da tomada de decisão dos governos.

(B) A gestão democrática exige que os gestores públicos sejam transparentes com os órgãos de controle interno com relação a suas vidas privadas e seus atos particulares.

(C) Os cidadãos que tenham conhecimento sobre uso irregular do dinheiro público devem denunciar e exigir apurações, sob pena de responsabilidade solidária.

(D) Os agentes públicos e as organizações públicas como um todo devem se submeter a tomadas de contas especial a cada término de exercício financeiro.

(E) As prestações de contas de particulares que administram recursos e bens públicos devem ser feitas diretamente ao poder legislativo correspondente.

33-

A accountability é:

(A) vertical quando exercida pela população sobre aqueles que estão disputando o poder nas eleições.

(B) vertical quando aquele que faz a fiscalização exige a prestação de contas anual dos gestores em geral.

(C) horizontal quando feito por cidadãos sobre os demais cidadãos.

(D) horizontal quando há um controle mútuo de instituições.

(E) axial quando os agentes de fiscalização de um poder controlam contas de entidades de outros poderes.

34-

Os principais desafios da accountability societal estão corretamente descritos abaixo, exceto em:

(A) Garantir que as informações e decisões governamentais sejam acessíveis e compreensíveis para a sociedade.

(B) Envolver efetivamente os cidadãos na tomada de decisões e no monitoramento das ações do governo.

(C) Convencer as organizações da sociedade civil a combater práticas corruptas que detectam dos gestores públicos através de medidas judiciais propostas por elas pessoalmente.

(D) Criar a cultura na sociedade de monitorar e cobrar transparência, eficiência e responsabilidade dos órgãos governamentais.

(E) Impor aos gestores públicos a cultura de que estão sendo sempre monitorados pela sociedade.

35-

Empreendedorismo Governamental refere-se à:

(A) uma forma de intervenção do governo na ordem econômica.

(B) iniciativas e investimentos governamentais com o objetivo de obter retornos financeiros para a administração pública.

(C) políticas públicas que lançam start-ups público-privadas.

(D) melhorar a eficiência na prestação de serviços privados e públicos.

(E) buscar, através de políticas públicas, a expansão de agentes econômicos em mercados que sejam concentrados.

36-

São deveres éticos do servidor público, exceto:

(A) desempenhar as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular de forma ética, reta e honesta nos horários de expediente, sem que isso interfira em sua vida privada;

(B) exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias;

(C) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter;

(D) jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo;

(E) tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público;

37-

São vedações expressas ao servidor público, exceto:

(A) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem;

(B) prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam;

(C) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão;

(D) usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material;

(E) utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister;

38-

Projetos, no texto acima, são definidos como:

(A) empreendimentos realizados para criar um produto, serviço ou resultado específico ou inespecífico.

(B) empreendimentos de cunho essencial e permanente.

(C) esforços com objetivos variados a serem alcançados independente de datas de início e término.

(D) planos de ação específicos e pontuais conexos ou desconexos com o planejamento estratégico.

(E) empreendimentos temporários para promover uma transformação ou gerar um resultado específico.

39-

O ciclo de vida de um projeto compreende cinco fases: iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle, e encerramento.

(A) na fase de iniciação serão escaladas as equipes e agentes responsáveis.

(B) na fase de monitoramento serão coletados os dados resultantes das ações empreendidas.

(C) na fase de execução serão realizadas avaliações de otimização tal como análise custo x benefício.

(D) na fase de execução e monitoramento apenas os agentes responsáveis estarão envolvidos.

(E) na fase de controle serão analisados os resultados obtidos para análise de efetividade.

40-

A gestão de projetos:

(A) permite organizar e controlar recursos e metas, escalonar equipes e promover análises de desempenho.

(B) pode empregar métodos distintos de execução, mas nenhum que seja compreendido como framework.

(C) oferece orientações para aumentar a eficiência do gerenciamento de projetos em empresas de pequeno porte, mas são inadequados para empresas de grande porte.

(D) utiliza para gerenciar a execução do início ao fim o PMBOK,

(E) é adotada na administração privada, porém não pode ser adotada na administração pública diante de regras legais próprias tais como a lei de licitações.

Texto para as questões 41, 42 e 43:

Os critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, adotarão critérios e práticas sustentáveis.

41-

São considerados critérios e práticas sustentáveis as alternativas abaixo, exceto:

(A) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

(B) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

(C) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

(D) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

(E) maior emprego de materiais reciclados, especialmente por cooperativas de reciclagem local;

42-

Sobre a sustentabilidade:

(A) permite conceder vantagens nas licitações para licitantes com práticas sustentáveis certificadas.

(B) é uma política de Estado alcançando os três níveis da administração direta, autarquia e fundações públicas, mas não as estatais em função da omissão de tal previsão na Lei 13.303 (estatuto geral das empresas estatais).

(C) em que pese sua relevância, a sustentabilidade não consta das regras de governança pública de forma expressa.

(D) sua implementação não está verticalizada, cabendo a cada estado e a cada município instituir em âmbito local.

(E) ainda não foi regulamentada, sendo conceito indefinido – motivo pelo qual não há ainda políticas públicas nesse sentido.

43-

No processo de implantação da sustentabilidade na administração pública, é essencial revisar padrões de produção e consumo. Isso envolve adotar novos referenciais e priorizar princípios como os 5R's. Abaixo os 5R's estão corretamente representados, exceto em:

(A) Repensar: Avaliar e redefinir práticas para minimizar impactos socioambientais.

(B) Reduzir: Diminuir o consumo de recursos naturais e insumos.

(C) Reaproveitar: Valorizar materiais e produtos já utilizados.

(D) Reciclar: Promover a reciclagem e o tratamento adequado de resíduos.

(E) Responsabilizar: Aplicar restrições de cunho educativo e retributivo sobre aqueles que empregam políticas não sustentáveis.

Texto para as questões 44 e 45:

O Decreto 11.529 de 2023 institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal. Este Decreto dispõe o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal.

44-

São princípios e objetivos da Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal:

- (A) observância da publicidade como preceito geral para dados gerais e o sigilo como regra para dados internos do governo;
- (B) amplo acesso da sociedade às informações e aos dados produzidos, custodiados ou acumulados pela administração pública federal e livre utilização desses dados e dessas informações, mediante autorização prévia;
- (C) primariedade, integralidade, autenticidade e atualidade das informações disponibilizadas;**
- (D) provimento de informações em até 10 dias da solicitação;
- (E) utilização de linguagem técnica para preservar sua exatidão;

45-

O programa de integridade é o conjunto de princípios, normas, procedimentos e mecanismos de:

- (A) prevenção, detecção e remediação de práticas de improbidade;

- (B) detecção de irregularidades, ilícitos e outros desvios éticos e de conduta;
- (C) exigência para cumprimento integral das políticas públicas de necessidades essenciais;
- (D) implementação dos planos de moralidade institucional;
- (E) correição interna em todos os órgãos e entes da administração pública.

46-

As análises sobre as políticas públicas estão corretas em:

- (A) análise “ex ante” ocorre no momento de identificação e definição do problema a ser levado ao conhecimento governamental.
- (B) análise custo x benefício é feita sobre os impactos ocasionados pela implementação da política pública;
- (C) análise de impacto é feita “ex ante”, para prever os possíveis impactos negativos de uma política pública;
- (D) análise custo x efetividade se dá na fase de implementação da política pública;
- (E) as análises custo x benefício e custo x efetividade são “ex ante” em regra.**

47-

Os Sistemas Nacionais de Políticas Públicas são:

- (A) políticas públicas de governo, definidas pelo Governo Federal, cabendo a ele implementar concretamente em todo o território nacional;
- (B) núcleos da sociedade civil de análise, fiscalização e controle sobre as políticas de estado do Governo federal;
- (C) políticas públicas de estado, planejadas pela esfera federal, envolvendo a efetiva participação e implementação por todas as três esferas governamentais;**

- (D) sistemas que envolvem os três poderes na esfera federal para atuação conjunta;
- (E) sistemas de gestão política decorrente do modelo de “democracia de coalizão” instituído pela Constituição Federal.

Texto para as questões 48 e 49.

Segundo Chiavenato "A Gestão de Pessoas nas organizações é a função que permite a colaboração eficaz das pessoas — empregados, funcionários, recursos humanos ou qualquer denominação utilizada — para alcançar os objetivos organizacionais e individuais."

48-

São causas de conflitos no ambiente de trabalho, exceto:

- (A) ruídos nos canais de comunicação;
- (B) dificuldade de compreensão das metas;
- (C) metas distintas para cada grupo ou agente;
- (D) pouca colaboração entre setores;
- (E) exercício impositivo da hierarquia;**

49-

O gerenciamento de crises e conflitos é uma competência crítica para líderes e gestores. Nesse sentido está errado dizer que:

- (A) A abordagem estrutural busca modificar aquilo que predispõem ao conflito.
- (B) A abordagem de processo busca reduzir as divergências entre os interesses das partes durante um conflito.
- (C) O modelo competitivo promove a cooperação para compor interesses e solucionar conflitos.**
- (D) O modelo de abstenção é adequado quando um assunto é trivial sem potencialidade de geração de conflitos.
- (E) O modelo de acomodação menos assertivo, apesar de promover a cooperação.

50-

A lei 13.467 de 2017 regula a proteção e defesa dos usuários de serviços públicos. Para garantir seus direitos, o usuário poderá apresentar manifestações perante a administração pública acerca da prestação de serviços públicos. Está correto dizer que:

(A) A manifestação será dirigida à ouvidoria do órgão ou entidade responsável e conterá a identificação do requerente.

(B) Será necessário apontar os motivos determinantes da apresentação de manifestações.

(C) o usuário poderá apresentar manifestações diretamente ao órgão ou entidade responsável pela execução do serviço, sendo a ouvidoria a segunda instância para a análise da questão.

(D) A manifestação só poderá ser feita por meio eletrônico para formalizar o pedido e conferir segurança ao processo.

(E) A manifestação do usuário depois de decidida e respondida originará uma bula ou súmula de conduta daquele órgão, quando procedente e relevante.

51-

No contexto do processo de elaboração de políticas públicas, é fundamental compreender as etapas que compõem esse processo. Considerando isso, assinale a alternativa que representa uma fase inicial desse processo. Qual das seguintes etapas é uma fase inicial no processo de elaboração de políticas públicas?

(A) Avaliação de impacto.

(B) Implementação.

(C) Monitoramento e avaliação.

(D) Identificação do problema.

(E) Definição de objetivos.

52-

No contexto da administração pública, a burocracia desempenha um papel significativo na implementação das políticas estatais. Considerando essa relação entre burocracia e Estado, assinale a alternativa que melhor descreve uma característica central da burocracia. Qual das seguintes alternativas representa uma característica central da burocracia no contexto do Estado?

- (A) Flexibilidade na tomada de decisões.
- (B) Centralização do poder decisório.**
- (C) Rápida adaptação a mudanças externas.
- (D) Desconsideração de normas e regulamentos.
- (E) Despreocupação com a hierarquia organizacional.

53-

No contexto da teoria das organizações, a relação entre poder, racionalidade e tomada de decisões é fundamental para entender o funcionamento das estruturas organizacionais. Considerando essa relação, assinale a alternativa que melhor descreve o conceito de poder na tomada de decisões. Qual dos seguintes conceitos melhor descreve o papel do poder na tomada de decisões em organizações?

- (A) Distribuição igualitária de autoridade entre os membros.
- (B) Utilização exclusiva da lógica racional na formulação de decisões.
- (C) Influência exercida por indivíduos ou grupos para determinar resultados.**
- (D) Supressão total de conflitos na busca por consenso.
- (E) Desconsideração dos interesses individuais em prol do bem comum.

54-

Considerando a importância da diversidade e inclusão nas políticas públicas, analise as seguintes alternativas e assinale aquela que representa uma medida eficaz para promover a inclusão de grupos minoritários em políticas governamentais. Qual das seguintes alternativas representa uma medida eficaz para promover a inclusão de grupos minoritários em políticas públicas?

- (A) Ignorar as diferenças culturais para evitar conflitos.
- (B) Adotar políticas de recrutamento exclusivamente baseadas no mérito.
- (C) Criar programas de capacitação específicos para grupos minoritários.**
- (D) Manter a representação homogênea em cargos de liderança.
- (E) Priorizar o acesso igualitário a recursos apenas para grupos majoritários.

55-

No contexto da gestão pública, o controle social desempenha um papel fundamental na promoção da transparência e na fiscalização das ações governamentais. Considerando a importância do controle social, assinale a alternativa que melhor representa uma forma eficaz de exercê-lo. Qual das seguintes alternativas representa uma forma eficaz de exercer o controle social?

- (A) Limitar o acesso da sociedade civil às informações sobre as atividades governamentais.
- (B) Restringir a participação dos cidadãos em processos de consulta pública.
- (C) Criar canais de comunicação e espaços de participação para a sociedade civil.**
- (D) Centralizar todas as decisões políticas nas mãos de autoridades governamentais.
- (E) Impedir a realização de auditorias e fiscalizações independentes sobre as contas públicas.

56-

As ações afirmativas são políticas públicas que visam promover a igualdade de oportunidades e combater a discriminação, especialmente em relação a grupos historicamente marginalizados. Considerando a importância das ações afirmativas, assinale a alternativa que melhor representa um objetivo comum dessas políticas. Qual dos seguintes objetivos representa uma meta comum das ações afirmativas?

- (A) Reforçar a hierarquia social existente, privilegiando grupos já favorecidos.
- (B) Promover a exclusão de grupos minoritários para reduzir a competição por recursos.
- (C) Garantir a manutenção de privilégios exclusivos para determinados grupos étnicos.
- (D) Criar oportunidades equitativas de acesso à educação e ao mercado de trabalho.**
- (E) Ampliar a segregação e a discriminação em ambientes sociais e profissionais.

57-

Quando Pedro vai ao airsoft, a probabilidade de ele encontrar Gabriel é 0,40; a probabilidade de ele encontrar Daniel é 0,10; a probabilidade de ele encontrar ambos, Gabriel e Daniel, é igual a 0,05. Assim, a probabilidade de Paulo encontrar Gabriel ou Daniel é igual a:

- (A) 0,04
- (B) 0,40
- (C) 0,50
- (D) 0,45**
- (E) 0,95

58-

Rafael diariamente almoça um prato de sopa no mesmo restaurante. A sopa é feita de forma aleatória por um dos três cozinheiros que lá trabalham: 40% das vezes a sopa é feita por Renato; 40% das vezes por Luís, e 20% das vezes por Madalena. Renato salga demais a sopa 10% das vezes, Luís o faz em 5% das vezes e Madalena 20% das vezes. Como de costume, um dia qualquer Rafael pede a sopa e, ao experimentá-la, verifica que está salgada demais. A probabilidade de que essa sopa tenha sido feita por Luís é igual a:

- (A) 0,15
- (B) 0,25
- (C) 0,30
- (D) 0,20**
- (E) 0,40.

59-

Com base nos dados do quadro abaixo, em que se demonstra a distribuição de frequência das receitas de todas as empresas de uma cidade, julgue o item a seguir.

classes	receitas (em R\$)	quantidade de empresas
1	0 - 200.000	1.100
2	200.001 - 400.000	900
3	400.001 - 600.000	550
4	600.001 - 800.000	300
5	800.001 - 1.000.000	150

A frequência acumulada relativa das empresas que estão nas classes de 1 a 3 é de:

- (A) 66%
- (B) 90%
- (C) 25%
- (D) 85%**
- (E) 97%

60-

A distribuição dos salários dos 1000 funcionários Umbrella, em número de salários-mínimos, está apresentada na tabela abaixo:

Faixa salarial (em número de salários mínimos)	Frequência Absoluta
1 — 3	200
3 — 5	400
5 — 7	200
7 — 9	200

Supondo o salário-mínimo igual a R\$1.400,00, a média dos salários, é igual a

- (A) R\$6.720,00
- (B) R\$6.300,00
- (C) R\$6.440,00
- (D) R\$5.880,00
- (E) R\$7.000,00

61-

A média aritmética dos salários dos 100 empregados em uma empresa é de R\$ 1 500,00. Na hipótese de serem demitidos 20 empregados, que ganham cada um o salário de R\$ 2 500,00, e ser concedido, posteriormente, um aumento de 10% em todos os salários dos remanescentes, a nova média aritmética dos salários será de:

- (A) R\$ 1375,00
- (B) R\$ 1350,00
- (C) R\$ 1345,00
- (D) R\$ 1320,00
- (E) R\$ 1300,00

62-

Os dados abaixo correspondem às quantidades diárias de merendas escolares demandadas em 10 diferentes escolas: 200, 250, 300, 250, 250, 200, 150, 200, 150, 200.

Com base nessas informações, podemos afirmar que mediana da distribuição do número diário de merendas escolares é igual a

- (A) 150
- (B) 200
- (C) 250
- (D) 300
- (E) 215

63-

Considerando uma distribuição estatística, com uma média como medida central, temos a variância e o desvio padrão referentes a esta média. Em relação a estes parâmetros,

- (A) A variância é uma medida cujo significado é a metade do desvio padrão.
- (B) A variância é calculada com base no dobro do desvio padrão.
- (C) O desvio padrão é a raiz quadrada da variância.
- (D) A média dividida pelo desvio padrão forma a variância.
- (E) A variância elevada ao quadrado indica qual é o desvio padrão.

64-

Os créditos suplementares são recursos direcionados para aumentar a dotação orçamentária, sendo necessário que sejam autorizados por meio de lei e abertos por decreto do poder executivo. Conforme estabelecido na Constituição Federal, é proibida a abertura de crédito suplementar sem a devida autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes. Com relação aos créditos adicionais suplementares, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A sua abertura depende da existência de recursos disponíveis.
- (B) Os créditos suplementares terão vigência limitada ao exercício em que forem autorizados.

(C) A LOA poderá conter autorização ao Poder Executivo para abertura de créditos suplementares até determinada importância ou percentual, sem a necessidade de submissão do crédito ao Poder Legislativo.

(D) O crédito suplementar é a única espécie de crédito adicional que é exceção ao princípio orçamentário da exclusividade.

(E) O crédito suplementar é o único que admite reabertura.

65-

Recém-empossado, um determinado governante precisa elaborar o Plano Plurianual (PPA), levando em consideração sua finalidade e suas características principais que o diferenciam de outros instrumentos de gestão pública. Sendo assim, na elaboração do PPA, o governante deverá considerar que é necessário

(A) compreender as metas e prioridades da Administração Pública Federal.

(B) retratar, em visão macro, as intenções de médio prazo da gestão.

(C) incluir as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

(D) prever a arrecadação das receitas e a realização das despesas.

(E) conter o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

66-

O objetivo de eliminar a existência de orçamentos paralelos e permitir ao Poder Legislativo o controle racional e direto das operações financeiras de responsabilidade do Executivo é premissa do princípio orçamentário da

(A) Unidade.

(B) Universalidade.

(C) Legalidade.

(D) Anualidade.

(E) Especificação.

67-

Em novembro de 2023, o Presidente da República vetou um projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional que previa prorrogação de benefícios fiscais (as chamadas “desonerações”) para empresas de vários setores econômicos. Na prática, o projeto de lei reduzia a contribuição patronal no pagamento da contribuição previdenciária, que custeia o pagamento de aposentadorias e benefícios da Previdência Social. O veto presidencial apontou como irregularidade a autorização para renúncia de receita sem indicar o impacto orçamentário e a devida fonte de compensação. Sobre a renúncia da receita, assinale a alternativa correta.

(A) Deve estar prevista no Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal.

(B) Deve ser em complemento para as dotações orçamentárias insuficientes.

(C) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.

(D) Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não seja oriunda da renúncia.

(E) Os atos que criarem ou aumentarem despesa deverão ser instruídos com a estimativa prevista e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

68-

A classificação das receitas e das despesas vêm alterando-se ao longo do tempo, dada a necessidade de prover melhor informação para a gestão dos recursos. Há também marcos que afetam o comportamento de receitas e despesas ao longo do tempo, a exemplo da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Segundo dados do Ipea (2015), no período pós-LRF, as receitas estaduais, principalmente de natureza tributária, foram influenciadas positivamente pelo crescimento da participação do setor de serviços. Sobre a classificação das receitas públicas quanto à forma de ingresso:

- (A) São apresentadas em receitas correntes e de capital.
- (B) São apresentadas em receita patrimonial e operações de crédito.
- (C) São apresentadas em transferências correntes e alienação de bens.
- (D) São apresentadas em receitas orçamentárias e extraorçamentárias.**
- (E) São apresentadas em receitas intraorçamentárias.

69-

A lei orçamentária anual, nos termos da Constituição Federal, compreenderá o orçamento abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público, que é intitulado de

- (A) Plano Plurianual.
- (B) Lei das Diretrizes Orçamentárias.
- (C) Lei Orçamentária Anual.
- (D) Orçamento Fiscal.
- (E) Orçamento da Seguridade Social.**

70-

O ciclo orçamentário corresponde ao período de tempo em que se processam as atividades típicas do orçamento público, desde sua concepção até a apreciação final. Nesse sentido, os seguintes itens estão presentes no ciclo orçamentário, à EXCEÇÃO de:

- (A) Compete privativamente ao Presidente da República enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição.
- (B) De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo 30 dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
- (C) O projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.
- (D) O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.
- (E) Os projetos de lei relativos aos instrumentos de planejamento serão elaborados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.**

GABARITOS E COMENTÁRIOS

01. As assertivas A, B, C e D reproduzem corretamente os dispositivos do art. 6º da Lei 14.129/2021, enquanto a alternativa E contraria o disposto no art. 8º da mesma norma, pois os atos serão considerados tempestivos se efetivados até as 23h59 do último dia do prazo.

GABARITO: E

02. O art. 11 da Lei de Acesso a informação traz o seguinte procedimento: “O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível. § 1º Não sendo possível conceder o acesso imediato, na forma disposta no caput, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 20 (vinte) dias: I - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão; II - indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou III - comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.”

GABARITO: A

03. A única competência das unidades setoriais é aquela contida na alternativa B, conforme art. 8º, VI, do Decreto 11.529, de 16 de maio de 2023. Todas as demais competências são do órgão central do SITA.

GABARITO: B

04. De acordo com o art. 3º do Decreto 9.203, de 22 de novembro de 2017, “são princípios da governança pública: I - capacidade de resposta; II - integridade; III - confiabilidade; IV - melhoria regulatória; V - prestação de contas e responsabilidade; e VI - transparência.”

GABARITO: D

05. A alternativa D está incorreta, pois de acordo com o inciso VI do art. 4º do Decreto 9.203, de 22 de novembro de 2017, o correto é implementar controles internos fundamentados na gestão de risco, que privilegiará ações estratégicas de prevenção antes de processos sancionadores.

GABARITO: D

06. De acordo com o item XVI a pena aplicável pelas Comissões de Ética, na forma do Decreto 1.171/1994, é a pena de censura. CUIDADO com a censura ética: ela é uma pena diversa, prevista no art. 17 do Código de Conduta da Alta Administração Federal.

GABARITO: A

07. A escolha popular pelo presidencialismo foi efetivada por meio de plebiscito realizado em abril de 1993, conforme determinado pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

GABARITO: E

GABARITOS E COMENTÁRIOS

08. A única alternativa correta é a E, pois a Constituição Federal rege a União, e estabelece que os Estados têm suas Constituições Estaduais, e os Municípios e o Distrito Federal suas Leis Orgânicas.

GABARITO: E

09. Entre as atribuições do Congresso Nacional, consta expressamente a atribuição de julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo (art. 49, IX, da Constituição Federal).

GABARITO: C

10. A alternativa B está correta, pois representa a institucionalização das políticas em Direitos Humanos como políticas de Estado de forma adequada. A criação de um órgão independente e permanente é crucial para garantir que os direitos humanos sejam protegidos e promovidos de maneira consistente, independentemente da mudança de governos. A alternativa A é incorreta pois não representa a institucionalização das políticas em Direitos Humanos como políticas de Estado, pois está vinculada exclusivamente à duração de um governo específico, não garantindo continuidade a longo prazo. Também incorreta a alternativa C, haja vista que sugere uma abordagem de política externa em relação aos direitos humanos, o que não constitui uma verdadeira institucionalização das políticas em Direitos Humanos como políticas de Estado. A dependência exclusiva de organizações internacionais pode não garantir a autonomia necessária para proteger os direitos humanos de maneira consistente no âmbito nacional; a alternativa D também está errada: não representa a institucionalização das políticas em Direitos Humanos como políticas de Estado, pois está ligada à promessa de um partido político específico, o que pode ser instável e não garantir uma abordagem de longo prazo para proteger os direitos humanos. Por fim, embora os tribunais e o sistema judiciário desempenhem um papel crucial na proteção dos direitos humanos, a delegação exclusiva da responsabilidade a eles não constitui uma institucionalização abrangente das políticas em Direitos Humanos como políticas de Estado. Outras instituições também devem estar envolvidas para garantir uma abordagem holística e abrangente para a proteção dos direitos humanos.

GABARITO: B

11. O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que atos ofensivos praticados contra pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ podem ser enquadrados como injúria racial. A decisão foi tomada na sessão virtual concluída em 21/8, no julgamento de recurso (embargos de declaração) apresentado pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) contra acórdão no Mandado de Injunção (MI) 4733.

GABARITO: B

GABARITOS E COMENTÁRIOS

12. Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

GABARITO: E

13. O etnocentrismo é um conceito antropológico que se refere ao hábito de considerar os nossos hábitos e condutas superiores aos de outrem. O etnocentrismo pode levar ao desrespeito, à depreciação e à intolerância por quem é diferente.

GABARITO: C

14. Art. 94. Ao servidor investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

- I - tratando-se de mandato federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo;
- II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
- III - investido no mandato de vereador:
 - a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;
 - b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

§ 1º No caso de afastamento do cargo, o servidor contribuirá para a seguridade social como se em exercício estivesse.

§ 2º O servidor investido em mandato eletivo ou classista não poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa daquela onde exerce o mandato.

GABARITO: E

15. Art. 127. São penalidades disciplinares:

- I - advertência;
- II - suspensão;
- III - demissão;
- IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
- V - destituição de cargo em comissão;
- VI - destituição de função comissionada.

GABARITO: C

GABARITOS E COMENTÁRIOS

16. Art. 15. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.

§ 1º É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

GABARITO: B

17. Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

GABARITO: A

18. A impessoalidade exige que a atuação do administrador público seja voltada ao atendimento impessoal e geral, ainda que venha a interessar a pessoas determinadas, não sendo a atuação atribuída ao agente público, mas à entidade estatal a que se vincula.

GABARITO: E

19. Art. 37, XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

GABARITO: C

20. Art. 37, § 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

GABARITO: B

21. A origem da teoria das relações humanas foi desenvolvida nos Estados Unidos a partir de pesquisas de Elton Mayo, nas denominadas “experiências de Hawthorne”.

GABARITO: C

22. No ciclo motivacional, o estado constante e de permanência é quebrado a partir do surgimento de uma necessidade, e assim que a necessidade é atendida, retorna-se ao estado de normalidade constante.

GABARITO: C

GABARITOS E COMENTÁRIOS

23. O moral de uma entidade ou equipe, quando estiver elevado, indicará harmonia e tranquilidade nas rotinas daquela estrutura – o que reduz a pressão de controle e supervisão sobre os gestores e coordenadores.

GABARITO: E

24. A avaliação multidimensional é aquela que considera as várias dimensões envolvidas, inclusive a relação causal nas dimensões que deseja avaliar, como competências técnicas, habilidades interpessoais, liderança, etc.

GABARITO: A

25. A avaliação por escala gráfica é um método utilizado para medir ou avaliar algo com base em uma escala visual. Nesse tipo de avaliação, os participantes ou observadores atribuem valores ou classificações a um determinado fenômeno, geralmente representado graficamente, de 1 a 5 ou de 1 a 10 como padrões comuns.

GABARITO: E

26. A avaliação por competência é aquela na qual os colaboradores são avaliados com base em critérios fundados nas competências que exercem, como comunicação, liderança, trabalho em equipe, entre outros, considerando assim a atribuição e execução de competências daquele colaborador.

GABARITO: D

27. O Decreto que regulamenta a governança pública confere forte ênfase à integridade administrativa, que é a prevenção e também o combate às ocorrências de mau uso ou malversação dos recursos públicos (corrupção).

GABARITO: E

28. A governança pública, como medida de implementação de boas práticas e padronização de procedimentos nos mais altos índices e valores, não possui foco nem relação com o mercado concorrencial reservado para a atividade privada.

GABARITO: D

29. O monitoramento dos programas de integridade, sob supervisão final pela CGU na esfera federal, não é um dos eixos estruturantes. Todas as demais alternativas constam expressamente da norma regulamentadora da integridade pública.

GABARITO: D

30. O Balanced Scorecard - BSC é implementado em processos e planejamentos de maior duração de implementação, e seu prazo comumente é anual. Já para trabalhar os objetivos específicos ou pontuais tidos como “chaves”, o OKR lida com ciclos curtos e menores.

GABARITO: B

GABARITOS E COMENTÁRIOS

31. A articulação é o oposto da fragmentação, e indica que houve uma efetiva cooperação e engajamento na intenção de se dar a efetividade em sua implementação.

GABARITO: D

32. A accountability é reconhecida basicamente por um tripé: transparência – prestação de contas – responsabilização. Entre seus objetivos indiretos estão o fortalecimento da democracia e da participação popular.

GABARITO: A

33. Accountability vertical se dá quando se verifica hierarquia em algum aspecto ou forma de relação. Nesse cenário, a doutrina aponta como exemplo clássico de accountability vertical, o mecanismo de validação (ou não) pela população, de um candidato a um cargo eletivo, através da manifestação pelo voto popular.

GABARITO: A

34. Accountability societal é um conceito fundamental para compreender a dinâmica democrática e o papel dos cidadãos na fiscalização e responsabilização dos agentes públicos.

GABARITO: C

35. O empreendedorismo governamental é a capacidade de inovar por meio de iniciativas e investimentos que buscam trazer retornos econômicos para a região e para a administração pública.

GABARITO: A

36. O decreto que regulamenta a ética no serviço público impõe o dever de ser probo, honesto e ético tanto no exercício do cargo ou função como também em sua vida privada.

GABARITO: A

37. Empregar as inovações e avanços tecnológicos é um dos deveres dos servidores públicos federais, conforme expressa previsão no decreto que regula a ética no serviço público.

GABARITO: E

38. No universo do processo administrativo de ação e realização, cada objetivo de mudança ou efeito social pretendido pela administração representa um “projeto”, no contexto do excerto transcrito. Nesse sentido, projetos são temporários em busca de uma transformação determinada.

GABARITO: E

39. No campo dos projetos, as análises posteriores são aquelas que objetivam analisar e mensurar o grau de impacto e efetividade nas transformações efetivamente produzidas através do cumprimento do projeto.

GABARITO: E

GABARITOS E COMENTÁRIOS

40. O PMBOK (Project Management Body of Knowledge) é um guia amplamente utilizado para gerenciamento de projetos do início ao fim. Ele fornece uma estrutura para a gestão de projetos e descreve as melhores práticas em cada fase do ciclo de vida do projeto.

GABARITO: D

41. Em que pese a relevância da reciclagem e o apoio governamental às cooperativas de reciclagem de materiais, essa prática não está relacionada entre aquelas de sustentabilidade.

GABARITO: E

42. A Lei geral de licitações 14.133 de 2021 prevê entre critérios excepcionais de concessão de vantagens a participantes de licitações o emprego de meios e recursos sustentáveis.

GABARITO: A

43. Responsabilizar, no sentido da aplicação do direito administrativo sancionador, não é uma das vertentes da política 5R's.

GABARITO: E

44. Conforme texto expresso da Lei de Acesso à Informação (LAI) estão a primariedade, integralidade, autenticidade e atualidade das informações disponibilizadas.

GABARITO: C

45. Integridade na administração pública é o conjunto de medidas, critérios e ferramentas de prevenção e efetivo combate aos atos de corrupção, que são descritos no decreto que regula a integridade na administração pública federal como podendo ser decorrentes de violação da ética no serviço público.

GABARITO: B

46. A principal aplicação das análises ACB e ACE se dá na fase de desenvolvimento do planejamento das políticas públicas, em especial no momento de definição das opções e alternativas que o governo poderá adotar para o enfrentamento do problema relevante.

GABARITO: E

47. Os sistemas nacionais, tal como o SUS, são políticas que envolvem todas as esferas federativas em virtude da essencialidade e relevância do seu objeto (saúde pública).

GABARITO: C

48. Todas as alternativas expressam indicações clássicas da doutrina como geradoras de conflitos no ambiente do trabalho, exceto o efetivo exercício burocrático (impositivo) da hierarquia funcional.

GABARITO: E

GABARITOS E COMENTÁRIOS

49. O modelo competitivo de solução de conflitos dispensa a busca da cooperação no processo de enfrentamento de crises e problemas de relacionamentos no ambiente de trabalho.

GABARITO: C

50. Todas as alternativas, com exceção da alternativa A, trazem previsões expressamente proibidas ou vedadas pela lei, ou, que sejam incompatíveis com o sistema de proteção aos usuários de serviços públicos.

GABARITO:A

51. A identificação do problema é uma fase crucial no processo de elaboração de políticas públicas, uma vez que é nesse estágio que se reconhecem e definem os problemas que requerem intervenção por parte do governo ou de outras instituições. Sem uma compreensão clara e precisa do problema a ser abordado, não é possível formular políticas eficazes e direcionadas para solucioná-lo. As demais alternativas (avaliação de impacto, implementação, monitoramento e avaliação, e definição de objetivos) representam etapas subsequentes no processo de elaboração e implementação de políticas públicas, que ocorrem após a identificação do problema.

GABARITO: D

52. A burocracia é caracterizada pela centralização do poder decisório, onde as decisões são tomadas por uma hierarquia de autoridades dentro da estrutura organizacional. Essa centralização visa garantir a padronização dos procedimentos e a consistência nas ações, tornando a burocracia um sistema previsível e eficiente na implementação das políticas estatais. As demais alternativas (flexibilidade na tomada de decisões, rápida adaptação a mudanças externas, desconsideração de normas e regulamentos e despreocupação com a hierarquia organizacional) representam características que geralmente não estão associadas à burocracia, mas sim a outros tipos de sistemas organizacionais.

GABARITO: B

53. O poder na tomada de decisões refere-se à capacidade de influência que certos indivíduos ou grupos possuem sobre os resultados das decisões organizacionais. Essa influência pode ser exercida de diversas maneiras, como por meio da autoridade formal, do controle de recursos ou do acesso a informações privilegiadas. O poder desempenha um papel significativo na determinação dos resultados das decisões, muitas vezes moldando o curso das ações de acordo com os interesses dos que detêm o poder. As demais alternativas (distribuição igualitária de autoridade entre os membros, utilização exclusiva da lógica racional na formulação de decisões, supressão total de conflitos na busca por consenso e desconsideração dos interesses individuais em prol do bem comum) representam conceitos que não refletem adequadamente a relação entre poder e tomada de decisões em organizações.

GABARITO: C

GABARITOS E COMENTÁRIOS

54. A criação de programas de capacitação específicos para grupos minoritários é uma medida eficaz para promover a inclusão nas políticas públicas, pois ajuda a reduzir disparidades de oportunidades e capacidades entre diferentes grupos sociais. Esses programas podem fornecer recursos adicionais e apoio personalizado para ajudar os membros de grupos minoritários a desenvolverem habilidades e competências necessárias para participar plenamente das políticas e programas governamentais. As demais alternativas (ignorar as diferenças culturais para evitar conflitos, adotar políticas de recrutamento exclusivamente baseadas no mérito, manter a representação homogênea em cargos de liderança e priorizar o acesso igualitário a recursos apenas para grupos majoritários) não são medidas eficazes de inclusão, pois podem perpetuar desigualdades e marginalização dos grupos minoritários.

GABARITO: C

55. Uma forma eficaz de exercer o controle social é criar canais de comunicação e espaços de participação para a sociedade civil, permitindo que os cidadãos possam acompanhar de perto as ações governamentais, oferecer feedback e contribuir para o processo de tomada de decisões. Essa abertura e transparência fortalecem a accountability e a legitimidade das instituições públicas, garantindo que estas estejam mais alinhadas com as necessidades e demandas da população. As demais alternativas (limitar o acesso da sociedade civil às informações sobre as atividades governamentais, restringir a participação dos cidadãos em processos de consulta pública, centralizar todas as decisões políticas nas mãos de autoridades governamentais e impedir a realização de auditorias e fiscalizações independentes sobre as contas públicas) representam práticas que minam a eficácia do controle social e comprometem a transparência e a accountability no governo.

GABARITO: C

56. Um objetivo comum das ações afirmativas é criar oportunidades equitativas de acesso à educação e ao mercado de trabalho, reduzindo as disparidades sociais e econômicas entre diferentes grupos. Essas políticas buscam superar barreiras históricas e estruturais que impedem o pleno desenvolvimento e participação de grupos marginalizados na sociedade. As demais alternativas (reforçar a hierarquia social existente, promover a exclusão de grupos minoritários, garantir a manutenção de privilégios exclusivos e ampliar a segregação e a discriminação) representam o oposto dos objetivos das ações afirmativas, sendo contrárias aos princípios de igualdade e justiça social que essas políticas buscam promover.

GABARITO: D

57. Temos que $P(A \text{ ou } B) = P(A) + P(B) - P(A \text{ e } B)$, assim

$$P(A \text{ ou } B) = 0,4 + 0,1 - 0,05 = 0,45$$

GABARITO: D

GABARITOS E COMENTÁRIOS

58. Para facilitar, vamos considerar um total de 100 sopa.

Renato: 40 sopas ($0,1 \times 40 = 4$ salgadas demais)

Luís: 40 sopas ($0,05 \times 40 = 2$ salgadas demais)

Madalena: 20 sopas ($0,2 \times 20 = 4$ salgadas demais)

Assim $P(\text{Luís/salgada}) = 2/(4+2+4) = 2/10$ ou $0,2$

GABARITO: D

59. Calculando a frequência acumulada relativa das classes de 1 a 3, temos:

$$\frac{(1100 + 900 + 550)}{(1100 + 900 + 550 + 300 + 150)} = \frac{2550}{3000} = 0,85 \text{ ou } 85\%$$

GABARITO: D

60. Calculando a média dos salários, em salários-mínimos, temos:

$$\frac{(2 \times 200 + 4 \times 400 + 6 \times 200 + 8 \times 200)}{1000} = 4,8$$

Como o salário-mínimo é de R\$1.400,00

$4,8 \times 1400 = \text{R}\$6.720,00$

GABARITO: A

61. Para começar, vamos calcular a soma dos salários dos 100 empregados.

$1500 \times 100 = 150000$

Como foram demitidos 20 empregados, que ganham cada um o salário de R\$ 2 500,00.

$150000 - 20 \times 2500 = 100000$

Após o aumento de 10% no salário dos remanescentes temos que a nova soma será

$100000 \times (1,1) = 110000$

Calculando a nova média

$110000/80 = \text{R}\$1.375,00$

GABARITO: A

62. Como a mediana é o dado que está na posição central da distribuição quando esses dados estão apresentados em ordem crescente, vamos reordenar os dados:

150 ; 150 ; 200 ; 200 ; 200 ; 200 ; 250 ; 250 ; 250 ; 300

Assim, a mediana será igual a 200.

GABARITO: B

63. Para resolver a questão, basta conhecer o conceito de desvio padrão que, por definição, será a raiz quadrada da variância da distribuição.

GABARITO: C

GABARITOS E COMENTÁRIOS

64. O crédito adicional suplementar entra em cena para complementar as dotações já existentes e trata-se de um reforço de subtítulo constante inicialmente da LOA. Portanto, a alteração derivada de tal modalidade é do tipo quantitativa, ou seja, acrescenta-se ao valor inicialmente aprovado. Esse crédito, suplementar, é uma exceção ao princípio da exclusividade e além disso, é o único que não admite reabertura dos seus saldos, ou seja, sua validade será para o exercício que foi autorizado, diferente dos créditos adicionais do tipo especial e extraordinário.

GABARITO: E

65. Quanto ao planejamento governamental, o Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento de médio prazo do Governo Federal. Ele define, de maneira regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal relacionadas às despesas de capital e outras decorrentes delas, assim como aos programas de duração continuada. As alternativas A e C tratam de características da Lei das Diretrizes Orçamentárias – LDO; as alternativas D e E apresentam características da Lei Orçamentária Anual – LOA.

GABARITO: B

66. Segundo a Lei nº 4.320/64, especialmente no Art. 2º, temos que a Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade. Conforme o princípio da unidade, o orçamento deve ser único, ou seja, deve haver apenas um orçamento para cada ente da Federação em cada exercício financeiro, evitando a existência de orçamentos paralelos. Esse princípio tem como objetivo possibilitar ao Poder Legislativo o controle racional e direto das operações financeiras sob responsabilidade do Executivo.

GABARITO: A

67. Uma questão que trata da renúncia de receita, um tema bastante explorado nas provas de concursos públicos e que tem por base a LRF. A alternativa correta apresenta as características principais da renúncia da receita, conforme disposto a seguir:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

GABARITOS E COMENTÁRIOS

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

GABARITO: C

68. Quanto à forma de ingresso, as receitas podem ser classificadas em orçamentárias e extraorçamentárias. As receitas orçamentárias são entradas de recursos que o Estado utiliza para financiar seus gastos, transitando pelo patrimônio do Poder Público. Por sua vez, as receitas extraorçamentárias não integram o orçamento público e constituem passivos exigíveis do ente, por exemplo, depósito em caução. As demais classificações apresentadas, ou seja, nas alternativas A, B, C e E representam a classificação por natureza da receita.

GABARITO: D

69. O trecho apresentado na questão é do Orçamento Fiscal, especificamente da Seguridade Social, conforme apresenta a Constituição Federal, especialmente no artigo 165, traz em sua redação que:

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

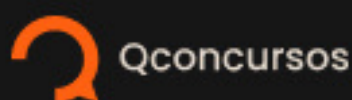
II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

GABARITO: E

70. Um dos casos clássicos de provas, onde o examinador faz aquela confusão sobre a elaboração e aprovação dos instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA) entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. No Brasil, a Lei do Orçamento Anual, bem como a Lei do Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias são encaminhadas pelo Poder Executivo, obedecidos os prazos determinados na Constituição ou em lei complementar.

GABARITO: E



Continue **estudando** **com conteúdo** **gratuito!**

+de 350 cursos preparatórios

+1.8 milhões de questões em concursos

+10 milhões de comentários em questões

+2 mil mapas mentais

+4 mil cursos direcionados

e **28 milhões** de alunos

Cadastre-se para acessar.